



urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana

ISSN: 2175-3369

urbe@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Brasil

Theis, Ivo Marcos

A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual
urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 5, núm. 1, enero-junio, 2013, pp. 133-148

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193128451010>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A Sociedade do Conhecimento realmente existente na perspectiva do desenvolvimento desigual

The really existing Knowledge Society from the perspective of uneven development

Ivo Marcos Theis

Economista, doutor em Geografia pela Universität Tübingen (Alemanha), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Regional de Blumenau (Furb), bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, Blumenau, SC - Brasil, e-mail: ivo.theis@pq.cnpq.br

Resumo

Tem sido afirmado, sobretudo, nos três últimos decênios, tanto na academia quanto em outros ambientes, que se vive numa *sociedade do conhecimento*. Esta seria amparada por uma *nova economia*, fundada no uso cada vez mais intenso de informação e conhecimento. Mas, pode-se aceitar que se vive numa sociedade do conhecimento? Que uma *nova economia*, movida pela aceleração de ciência, tecnologia e inovação, dá sustentação a essa sociedade do conhecimento? Neste breve ensaio se pretende jogar luz sobre alguns aspectos que encobrem a noção de sociedade do conhecimento, visando-se um questionamento das bases sobre as quais essa sociedade do conhecimento poderia emergir. É possível que a sociedade atual seja uma na qual a informação, o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação tenham sua centralidade. Contudo, além da centralidade dessas dimensões, também é um traço dessa sociedade do conhecimento uma dinâmica cada vez mais favorável à busca de ganhos econômicos e ao enriquecimento dos estratos mais abastados da população em escala planetária, de modo que há problemas em se considerar que qualquer indivíduo pode ingressar no *admirável mundo novo* do conhecimento. Talvez, por se desprezar que ele é atravessado por múltiplas implicações econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais, políticas e ideológicas.

Palavras-chave: Conhecimento. Desenvolvimento desigual. Desigualdades. Nova economia. Sociedade do conhecimento.

Abstract

It has been asserted, especially, in the last three decades, both in academia and in other environments, that we live in a knowledge society. A society supported and driven by a new economy, based on an ever more intensive use of information and knowledge. But, is it acceptable that we really live in a knowledge



society? That a new economy, driven by the acceleration of science, technology and innovation, supports this knowledge society? In this brief essay I intend to shed some light on these issues from the perspective of an inquiry into the bases on which the knowledge society could emerge. It is possible that today's society is one in which information, knowledge, science, technology and innovation have its centrality. However, besides the centrality of these dimensions, the so-called knowledge society also rests on a dynamic increasingly favorable to the pursuit of economic gain and to preserve the privileges of the more affluent strata of the population on global scale. So it seems to be problematic consider that any individual can freely enter the brave new world of knowledge. Maybe because its supporters disregard that this world is crossed by multiple economic, technological, environmental, cultural, political and ideological implications.

Keywords: Knowledge. Uneven development. Inequalities. New economy. Knowledge society.

Introdução

Tem sido afirmado, sobretudo, nos três últimos decênios, tanto na academia quanto em outros ambientes nos quais se difundem as tecnologias da moda, que se estaria a viver numa *sociedade do conhecimento* (MANSELL; WEHN, 1998). Também tem sido afirmado que essa sociedade do conhecimento estaria amparada por uma *nova economia*, fundada no uso cada vez mais intensivo de informação e conhecimento¹. Supõe-se que, para que os indivíduos ingressem nessa presumida sociedade do conhecimento, e compartilhem das possibilidades por ela abertas com os já iniciados, os subsistemas de educação (eles mesmos *readequados*) os ajustem às necessidades de produção e difusão de informação e conhecimento.

Mas, pode-se aceitar, livremente, que se vive numa sociedade do conhecimento? Que uma *nova economia*, cada vez mais impulsionada pela aceleração da ciência, tecnologia e inovação (CTI), dá sustentação a essa sociedade do conhecimento? Que os subsistemas educacionais, *readequados*, vão ajustando os indivíduos às exigências da nova sociedade do conhecimento? Responder a essas questões está muito além das possibilidades que aqui se oferecem. No entanto, neste breve ensaio se pretende jogar luz sobre a sociedade do conhecimento na

perspectiva de um questionamento – como o endereçado por André Gorz (2002) – a respeito das bases econômicas e socioespaciais sobre as quais ela poderia, de fato, emergir.

Aliás, como se verá, falar em conhecimento encerra inúmeras dificuldades. Assim, também, quando se procura falar em uma presumida sociedade do conhecimento. Diz-se *presumida* porque se supõe que a sociedade atual é uma na qual a informação, o conhecimento e CTI têm centralidade. A hipótese que aqui se pretende submeter é que, além da centralidade das dimensões referidas, também é um traço da suposta sociedade do conhecimento uma dinâmica favorável tanto à busca desimpedida de ganhos econômicos quanto à preservação dos privilégios das classes mais abastadas, em escala planetária, sob a hegemonia de uma potência que reina econômica, política e militarmente sem freios. Portanto, há problemas em se considerar que todos os habitantes do planeta têm assegurado seu ingresso no *admirável mundo novo* do conhecimento. No mínimo, ignora-se que este mundo é atravessado por múltiplas implicações econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais, políticas e ideológicas.

Para que se compreenda o projeto da *sociedade do conhecimento realmente existente*, dar-se-ão passos em direção à sua base material. Por este

¹ Uma coisa é a *criação* de termos (ver, a propósito da *invenção* da expressão “*nova economia*”, a nota de rodapé 5), outra é sua *difusão* – e bem outra, sua *assimilação*. Quanto, especificamente, à difusão de noções como *economia do conhecimento* e *nova economia*, pode-se considerar a ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT – OECD (1996, 1999, 2000, 2001), importante *think tank* dos países capitalistas centrais, a principal instituição responsável por sua promoção, a ponto de terem se convertido em palavras-chave, mesmo para o senso comum (GODIN, 2004).

motivo, será analisada a *nova economia* supostamente baseada no primado do conhecimento. É certo que o conhecimento tem ocupado um lugar central na reprodução material de todas as sociedades. Mas, é desde o advento do capitalismo que o conhecimento vem tendo relevância crescente no processo de acumulação. O que surgiu faz poucos anos é a expressão *economia fundada no conhecimento*. Apesar de, em muitos meios, se difundir que existe uma nova economia baseada no conhecimento, as evidências indicam o contrário. Se a economia real é a de todas as empresas, o fato pode ser colocado em questão. Ou será que qualquer micro e pequena empresa, de qualquer economia periférica, tem acesso irrestrito ao conhecimento, esse *fator de produção absolutamente decisivo* (DRUCKER, 1999)? Aliás, quantos, dos poucos empregos criados nos últimos anos, inclusive, nas economias centrais, foram gerados no âmbito das atividades do conhecimento? Talvez já fosse confortador para os desempregados se obtivessem trabalho. Qualquer um. Isso, contudo, não quer dizer que informação, conhecimento e CTI não venham ganhando relevância nos últimos decênios. Mas, na *nova economia da sociedade do conhecimento* predomina, obviamente, um *tipo especial* de conhecimento: é um conhecimento economicamente útil (BIANCO et al., 2002). E que ressubordina o trabalho.

Ver-se-á que os sistemas produtivos baseados nesse conhecimento economicamente útil distribuem seus apetites desigualmente pelo território: em alguns espaços, *tarefas nobres* ainda pedem algum respeito para quem as executa; entretanto, outros espaços, em que predominam *tarefas desqualificadas*, ao trabalho resta agradecer se puder vir a ser explorado. Isso se deve ao fato de que a origem da suposta sociedade do conhecimento está nos países centrais. A periferia vem sendo constrangida a se inserir passivamente na *nova economia* da sociedade do conhecimento. Mas, o preço pago, em termos de desigualdades socioespaciais no interior de seus territórios, é alto.

Para se examinar: a) se a sociedade atual pode ser considerada uma autêntica sociedade do conhecimento, participativa e tendente à supressão de desigualdades socioespaciais, b) se, ademais, uma autêntica sociedade do conhecimento pode ser regida pela lógica capitalista de reprodução

social e c) se, enfim, esse debate sobre a suposta sociedade do conhecimento não passa de ideologia, dividiu-se o texto em seis seções. Além desta primeira, que constitui a sua introdução, e da última, na qual se apresentam as conclusões, seguem-se: uma seção em que se resgata o debate sobre a centralidade do conhecimento na sociedade atual; uma seção em que se passa em revista a nova economia que, supostamente, dá sustentação à sociedade do conhecimento; uma seção em que se procura analisar as mudanças operadas nos subsistemas de educação para atender às exigências de formação e qualificação da sociedade do conhecimento; e uma seção em que se examina a questão da persistente desigualdade na sociedade atual.

Conhecimento... e uma sociedade supostamente movida pelo conhecimento

Tem-se afirmado, pelo menos, ao longo do último quarto de século, que se vive numa *sociedade do conhecimento*. Mas, pode-se, realmente, afirmar isso? A rigor, não. A razão é que, a seu modo, todas as sociedades anteriores à atual foram sociedades do conhecimento.

No entanto, não é apenas isso. Talvez se pudesse admitir que o desenvolvimento recente da espécie humana tenha abarcado mudanças relevantes em diversas direções. Contudo, essa afirmação é tão lugar-comum que somente faz sentido se qualificada, de maneira que – buscando captar algumas dessas mudanças e identificar algumas das direções que tais mudanças têm tomado – também se deve admitir que (MARTI; VEJA-ALMEIDA, 2005):

- a) quaisquer que sejam as perspectivas, “desenvolvimento recente” já não se refere aos dois ou três últimos séculos, mas às duas ou três últimas décadas;
- b) as direções são tantas que isolar a sociedade, a política, a cultura ou o meio ambiente é um equívoco que apenas uma perspectiva que compartimenta o conhecimento pode cometer; mas,
- c) um recurso parece ter-se tornado crucial, sobretudo, de um ponto de vista econômico: a

informação. Ou seja, nos últimos decênios, a realidade que a todas e todos circunda parece vir sendo condicionada pela emergência de uma nova concepção de informação, uma concepção que a converte em recurso estratégico para o progresso econômico e social (LOJKINE, 1995).

A referência a *informação*, não a *conhecimento*, pode suscitar dúvidas: afinal, encontramo-nos em qual sociedade²? Numa *sociedade da informação*³? Não é de uma *sociedade do conhecimento* que se trata? Responder a essas questões requer, inicialmente, que se indiquem os conceitos com que se opera. Emprega-se, aqui, “o termo *informação* para referir [...] ao que é relativamente *cru*, específico e prático, e *conhecimento* para denotar o que foi *cozido*, processado ou sistematizado pelo pensamento” (BURKE, 2003, p. 19; grifos dos autores)⁴.

Se ao nível do senso comum se possa entender o que seja *informação*, a tarefa de desvendar o que seja conhecimento apresenta maiores dificuldades. É que, entre outras possibilidades de se examinar o tema, pode-se tratar de conhecimento e informação, conhecimento teórico e prático, conhecimento filosófico e empírico, conhecimento científico e senso comum, conhecimento público e privado (este, no sentido de conhecimento pessoal), conhecimento alto e baixo, conhecimento liberal (como, por exemplo, dos clássicos gregos e romanos) e útil (como, por exemplo, do comércio). Ademais, haveria que distinguir entre cultura geral e conhecimento específico, entre ciência e arte – para ficar em alguns dos exemplos mencionados por Burke (2003, p. 79-86).

Os termos já estão diferenciados. E também já foi constatada a centralidade do recurso “informação”. Assim, sabendo-se que *informação* não é a mesma coisa que *conhecimento*; e que este parece ter menor importância que aquela, impõe-se a questão se, ainda,

se pode falar em sociedade do conhecimento. Um importante estudo recente sugere que estariamos numa transição entre uma *sociedade da informação* para uma *sociedade do conhecimento*. A generalização do uso de aparelhos celulares, internet e tecnologias digitais (produtos da Terceira Revolução Industrial) seria uma decorrência da *sociedade da informação*. Embora condição necessária, a difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) não seria condição suficiente para a constituição da *sociedade do conhecimento*. Esta não poderia excluir ninguém do acesso aos benefícios da sociedade da informação. Em poucas palavras, a sociedade da informação seria apenas um meio para se alcançar a sociedade do conhecimento. Daí a preocupação com a transição entre uma sociedade da informação, na qual florescem TIC em consequência da última ruptura tecnológica-industrial, para uma sociedade do conhecimento, na qual as tecnologias logo estariam a serviço da emancipação humana (UNESCO, 2005).

A despeito do cuidado que vêm sendo tomado em estudos originados em diversos organismos internacionais quando o assunto é sociedade do conhecimento, a confusão ainda é grande – e assim deverá permanecer. Para simplificar, considerar-se-á *sociedade do conhecimento* um modelo idealizado de sociedade, de abrangência global, que procura realizar as promessas de impulsionar o desenvolvimento econômico e social, indistintamente, em países centrais e periféricos, a partir do fomento à produção e à disseminação de conhecimento (LASTRES; LEGEY; ALBAGLI, 2003; SANDOVAL, 2007). Nessa sintética definição está subentendido que há sujeitos e instituições idealizando (isto é, formulando e procurando implantar) uma sociedade do conhecimento; que essa idealização, embora tendo origem(ns) geograficamente bem definida(s), perpassa distintas escalas; que, conceitualmente, desenvolvimento econômico e social significa, rigorosamente, o mesmo que significava até o alvorecer da sociedade do conhecimento; que a ordem internacional,

² Talvez o primeiro mais importante estudo indicando algumas das tendências que, mais tarde, viriam a informar a noção de sociedade do conhecimento tenha sido o de Daniel Bell (1974). Uma resenha de estudos sobre algumas dessas tendências encontra-se no opúsculo de Kumar (1997). Entre os estudos recentes que tratam do mesmo objeto, destaca-se, pela profundidade, o de Castells (2003).

³ Em 1996, a União Europeia divulgou um *green paper* em que delinearia a *Sociedade da Informação* (EUROPEAN UNION, 1996). E apenas cinco anos mais tarde, em 21 de dezembro de 2001, a Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua 90^a Reunião Plenária, daria origem à Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (UNITED NATIONS, 2002).

⁴ Ver também BIANCO et al. 2002; Demo, 2000; Rojas, 2005.

que divide muito ricos de muito pobres, à qual, aliás, conduziu aquele desenvolvimento, não é questionada; que CTI, base da produção e difusão (e aceleração da obsolescência) de conhecimento, parece referir-se, preferencialmente, a governos, universidades corporativas, empresas de base tecnológica e consumidores ávidos por bens para os quais ainda não se descobriu a devida utilidade. Essa sociedade do conhecimento repousaria num tripé: capacidade/potencial de inovação, infraestrutura científica e tecnológica e educação (Figura 1). Cabe a pergunta: o que isso tem a ver com emancipação humana?

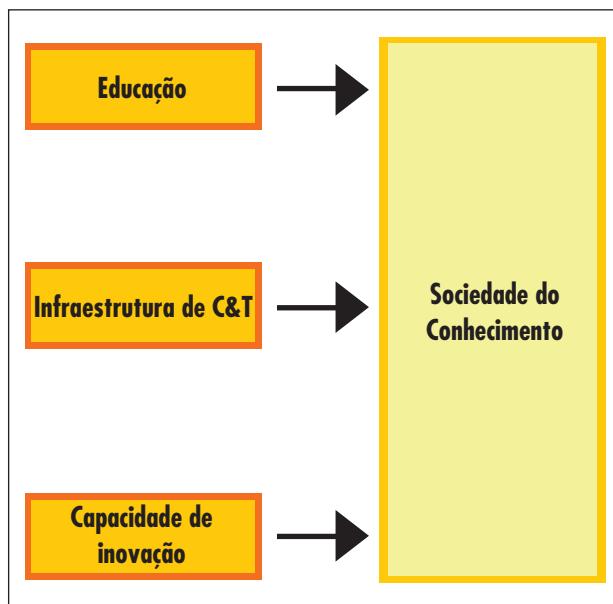


Figura 1 - Dimensões que conformam a Sociedade do Conhecimento

Fonte: Baseado em SANDOVAL, 2007.

Considerando que mudanças como as antes referidas possam estar em curso, embora se deva duvidar que consubstanciem uma ruptura em relação a padrões anteriores, elas podem estar apontando para um “novo papel do imaterial e do intangível” – mas, não a serviço da emancipação humana. De forma que não se estaria nem no extremo da sociedade da informação nem no da sociedade do conhecimento. Talvez se devesse falar, então, em uma *sociedade da informação e do conhecimento*?! (ALBAGLI, 2007).

Sociedade da informação, sociedade da informação e do conhecimento ou sociedade do conhecimento? De que sociedade, afinal, se trata? Aliás, é mesmo preciso que se despenda tanta energia para

diferenciar entre informação e conhecimento? Entre uma sociedade baseada no primado da informação e outra no do conhecimento? Mais ainda: essa distinção faz sentido? Não estariam os defensores de um ou outro desses *admiráveis mundos novos* equivocados? Ou iludidos?

A sociedade de que aqui se fala é, sem lugar a dúvidas, uma sociedade na qual informação, conhecimento e CTI têm importância (FAGERBERG; LANDSTRÖM, MARTIN, 2012) – a despeito de todas as dúvidas levantadas com relação a sua não bem definida existência. Entretanto, se as TIC já constituem um de seus traços distintivos, também o é uma dinâmica demasiadamente favorável tanto à perseguição desenfreada de ganhos econômicos quanto ao tratamento privilegiado dos estratos mais abastados da população em escala planetária – o que corresponde ao *neoliberalismo*. A sociedade de que aqui se fala brotou em terreno fértil, tendo a proteção e o amparo de uma potência imperial que, em escala mundial, reina econômica, política e militarmente incólume (DUMÉNIL; LÉVY, 2007). Portanto, mesmo que se pudesse falar em sociedade da informação (ou em sociedade do conhecimento?), são esses os seus principais contornos. No mínimo, há sérios problemas em se festejar a entrada, indistintamente, de países centrais e periféricos, num mundo em que a informação (e o conhecimento) é atravessada por múltiplas implicações econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais, políticas e ideológicas (BAUMGARTEN, 2007).

Para que se possam captar as nuances dessa *sociedade do conhecimento realmente existente*, é preciso dar uns passos a mais. É necessário compreender sua base material. Aqui, como em muitas outras situações, parece que a estrutura econômica da sociedade pode ter relação com os problemas que afigem os seres humanos nos quatro cantos do planeta. Por isso é que se fará breve referência à *nova economia* supostamente baseada no primado do conhecimento.

Uma suposta nova economia... que ampara a suposta sociedade do conhecimento

Nova economia (*new economy*) é uma expressão que vem sendo utilizada para referir à economia baseada no conhecimento. Seu uso presume que o

conhecimento é o principal fator de produção; que o sistema produtivo ficou mais flexível e o mercado, mais competitivo e globalizado⁵; e que sua *vantagem competitiva* deriva da inovação (Quadro 1).

De fato, *nova economia*, que compete com expressões como *economia do conhecimento* e outras mais (como *economia digital*) para designar a base material da *sociedade do conhecimento realmente existente*, é uma criação não de analistas do avanço científico e tecnológico. É produto da fértil – mas, nada inocente – criatividade de jornalistas estadunidenses, disseminando-se, desde onde ganhou vida⁶ até as partes mais remotas do planeta, como a última grande novidade do capitalismo ocidental – como se o conhecimento fosse um ilustre desconhecido da “velha economia”.

Como se viu, *todas* as sociedades anteriores à atual foram, a seu modo, *sociedades do conhecimento* (MENOU, 2001, p. 95). Logo, o ponto de partida é que o conhecimento ocupou um lugar central na *reprodução material* de todas as sociedades anteriores à atual. É inegável, contudo, que, desde o advento do capitalismo, o conhecimento vem tendo relevância crescente no processo de acumulação e na elevação progressiva de bem-estar – sobretudo, dos estratos mais abastados da população. No entanto, a expressão *economia fundada no conhecimento* surgiu faz poucos anos. Por isso, há quem entenda que aí se verifica uma descontinuidade em relação aos períodos precedentes (DAVID; FORAY, 2002)⁷ e, sobretudo, (MONTHLY REVIEW, 2001).

Quadro 1 - Características da “velha” economia e da nova economia

ITEM	“VELHA” ECONOMIA	NOVA ECONOMIA
Mercado	Estável	Dinâmico
Abrangência da competição	Nacional	Global
Forma organizacional	Hierárquica	Em rede
Sistema produtivo	Produção em massa	Produção flexível
Principal fator de produção	Capital/Trabalho	Inovação/Conhecimento
Principal base tecnológica	Mecanização	Digitalização
Vantagem competitiva	Economias de escala	Inovação/qualidade
Relações entre firmas	“Cada um por si”	Cooperação
Qualificações	Específicas por ofício	Abrangentes e em mutação
Força de trabalho	“Homem organizacional”	Intrapreneur*
Natureza do emprego	Seguro	Instável

Fonte: Adaptado de ATKINSON; CORREA, 2007.

Nota: * Um intrapreneur [= empreendedor] é alguém que trabalha para uma grande organização e é capaz de empreender nessa organização.

⁵ Aqui, talvez, se possa contrapor que “a análise das evidências disponíveis ressalta a *triadização* [isto é, o domínio de EEUU, Europa e Japão] (e não a globalização) de informações, conhecimentos e atividades consideradas estratégicas para empresas e países relacionados ao planejamento e controle decisório e às atividades de pesquisa e desenvolvimento. Paralelamente a esse movimento, tem sido apontada a tendência à concentração dos centros de planejamento e decisão nos países centrais (e particularmente nos EEUU), que contribui para ampliar a polarização entre blocos, países, regiões e grupos sociais. Esse processo ocorre concomitantemente com o aumento das pressões para privatização dos conhecimentos e informações, assim como das tentativas de sua transformação em mercadorias” (LASTRES; LEGEY; ALBAGLI, 2003, p. 567-568).

⁶ “O termo *nova economia* foi inventado por jornalistas dos EEUU treinados para encontrar elementos *novos* que são por eles batizados em sintonia com o *imaginário* de seus leitores. A iniciativa, neste caso, coube ao semanário *Business Week* [...] a expressão *nova economia* possui [...] uma forte conotação ideológica. Exatamente devido a sua fluidez, ela ofereceu àqueles que, em todo o mundo, esperavam que o capitalismo estadunidense lhes mostrasse o futuro, uma interpretação tranquilizadora sobre a situação econômica dos EEUU. O sucesso do termo ilustra também a maneira pela qual o campo analítico restrito da teoria padronizada coloca a maioria dos economistas a reboque dos jornalistas” (CHESNAIS, 2003, p. 43).

⁷ Para críticas a esse entendimento, ver BOYER, 2001.

Tome-se o exemplo de um dos mais conhecidos e lidos consultores do mundo empresarial para aferir o que, desde essa perspectiva, se enxerga como a mais recente ruptura.

[...] hoje o recurso realmente controlador, o fator de produção absolutamente decisivo, não é o capital, a terra ou a mão-de-obra. É o conhecimento. Em vez de capitalistas e proletários, as classes da sociedade pós-capitalista são os trabalhadores do conhecimento e os trabalhadores em serviços (DRUCKER, 1999, p. 15).

Não deve surpreender que se confira relevância demasiada ao conhecimento, que se o alça à condição de fator de produção mais decisivo e, assim, responsável pelas mudanças na economia e na sociedade atuais. Porém, quantas micro e pequenas empresas, de quantas economias periféricas, têm acesso sem restrições a esse *fator de produção absolutamente decisivo* que é o conhecimento?

O que, todavia, exige um mínimo de consideração é a afirmação de que a sociedade do conhecimento já seria uma sociedade pós-capitalista, na qual trabalho e capital, que vêm se antagonizando ao longo da formação e do desenvolvimento do capitalismo, teriam dado lugar a alegres e, possivelmente, bem remunerados operários do saber. Aqui bastaria considerar a evolução do desemprego de fins dos anos 1990 a fins dos anos 2000, inclusive, nas economias centrais, para se constatar que, antes de se tornarem trabalhadores do conhecimento, os desempregados, talvez, se contentassem em ter um emprego – qualquer que fosse⁸.

Desprezando as evidências de que, em toda parte, inclusive, no centro do capitalismo mundial, a economia ainda era a mesma, com trabalho cada vez mais precarizado e mal remunerado, o conhecido consultor antes citado buscou fundamentar seu argumento, afirmando:

O recurso econômico básico – *os meios de produção*, para usar uma expressão dos economistas – não é mais capital, nem os recursos naturais (a terra dos economistas), nem a mão-de-obra. *Ele é e será o conhecimento*. As atividades centrais de criação de riqueza não serão nem a alocação de capital para usos produtivos nem a mão-de-obra – os dois pólos da teoria econômica dos séculos dezenove e vinte, seja ela clássica, marxista, keynesiana ou neoclássica. Hoje o valor é criado pela *produtividade* e pela *inovação*, que são aplicações do conhecimento ao trabalho. Os principais grupos sociais da sociedade do conhecimento serão os ‘trabalhadores do conhecimento’ – executivos que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos, assim como os capitalistas sabiam como alocar capital... –, profissionais do conhecimento e empregados do conhecimento. Praticamente, todas essas pessoas estarão empregadas em organizações (DRUCKER, 1999, p. 16-17).

Ignore-se que (antes mesmo de Marx) Adam Smith e, em seguida, David Ricardo mostraram que a fonte de todo e qualquer valor é o trabalho. Ignore-se que capital, seja qual for a forma que assuma, é produto de trabalho humano. Ignore-se mesmo toda tentativa de tergiversar sobre a indiscutível centralidade do trabalho na economia

⁸ Na segunda metade dos anos 1990, no contexto da aparente recuperação da economia mundial (supostamente, devido ao ajuste neoliberal), parecia que os países centrais, imunes às crises eclodidas na periferia (México em 1994, Sudeste Asiático em 1997, Brasil e Rússia em 1998...) tivessem, finalmente, se reencontrado com trajetórias sustentadas de acumulação. Em especial, nos EUU, mas, também, na Europa e nos países mais desenvolvidos da Ásia, apostas ousadas em ações de empresas de alta tecnologia conduziriam à formação da bolha especulativa da *nova economia*. Em 10 de março de 2000, o principal índice da Nasdaq fechou em 5.048,62 pontos – um recorde. Nos três anos que se seguiram, quase cinco mil empresas fecharam suas portas, inclusive, algumas grandes da área de telecomunicações. Em consequência, a taxa de desemprego, que não era das mais baixas, voltou a subir. Somente nos 11 primeiros meses de 2001, apenas empresas *pontocom* estadunidenses anunciam 98.522 demissões. Evidentemente, houve reflexos em áreas correlatas e, também, no conjunto da atividade econômica (BRENNER, 2006; FREEMAN, 2001; FOLHA DE S.PAULO – FSP, 2009; PORTAL DE NOTÍCIAS DE O ESTADO DE S. PAULO – OESP, 2001). Se alguma recuperação ocorreu de 2003/2004 em diante, nova e mais pronunciada queda nos indicadores teria lugar já em 2007/2008 – em decorrência da eclosão de uma crise de mais graves proporções no coração do capitalismo mundial. Esta, é certo, tem que ser atribuída ao estouro de outra bolha. Uma crise, porém, que a *nova economia* não pode nem evitar nem atenuar. O desemprego que, nos EUU, baixara a 4,6% em 2007, voltaria a subir nos anos seguintes: 6,8% em 2008 e 10% em dezembro de 2009. Na União Europeia, o contingente de desempregados tem crescido sem parar desde 2007/2008, tendo alcançado 25 milhões de trabalhadores em agosto de 2012, o que corresponde a uma taxa de desemprego de 11,4% (OESP, 2012).

capitalista – pois, é disto que se trata. Afinal, talvez, por ingenuidade, possivelmente, por preconceito, deve escapar aos arautos da *nova economia* do conhecimento que a sociedade atual (que essa economia sustenta) é atravessada por inúmeras implicações econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais, políticas e ideológicas. Admitir que nela a informação, o conhecimento e CTI têm relevância não é o mesmo que dizer que o recurso econômico básico é e será o conhecimento.

O que também requer consideração é a nada ingênua afirmação de que os principais grupos da sociedade atual são os *trabalhadores do conhecimento*. Sem qualquer sustentação empírica, extinguem-se, de um golpe, a *velha* sociedade e suas classes sociais. E criam-se, do nada, uma sociedade pós-capitalista e novas classes sociais. Ao fim e ao cabo, *todas as pessoas – trabalhadores? – passaram a estar empregadas em organizações*. Quanta ingenuidade será necessária para se duvidar da vigência plena da economia produtora de mercadorias, *conditio sine qua non* para que a economia atual (seja ela uma *nova economia*, seja ela uma *economia digital*, seja ela uma *economia do conhecimento*) “funcione”? Quanta boa-fé será preciso para se duvidar da indispensável funcionalidade de um razoavelmente elevado exército de reserva, *conditio sine qua non* para que a economia atual acumule sempre mais?

Não obstante, novos e maiores investimentos em conhecimento vêm ocorrendo, sobretudo, nas economias centrais. Os investimentos em conhecimento tendem a elevar a produtividade dos respectivos sistemas produtivos. E o aumento da produtividade (decorrente das inversões em conhecimento) tende a tornar esses sistemas produtivos mais competitivos na economia capitalista mundializada, de forma que os sistemas produtivos, sobretudo, nos países centrais, vêm se tornando mais competitivos em escala global, a partir de investimentos crescentes em certo tipo de conhecimento, a partir de relações

privilegiadas com os subsistemas de CTI (ATKESON; KEHOE, 2007; STEINMUELLER, 2002).

Note-se, contudo, que na *nova economia* da *sociedade do conhecimento* predomina um *tipo especial* de conhecimento. Não é qualquer conhecimento: é um conhecimento economicamente útil. Que ressubordina o trabalho, precarizando-o, *flexibilizando-o*. E que conduz à sua exclusão quando dele não mais se precisa/consegue extrair energia – quantitativa e qualitativamente – adequada à produção de novas mercadorias, postas em circulação pela *nova economia* da *sociedade do conhecimento*⁹. Esse tipo especial de conhecimento também torna uma parte crescente do trabalho progressivamente virtual no contexto das novas modalidades da acumulação capitalista¹⁰.

Em síntese: a *nova economia* se funda na inter-relação entre processos de comodificação e acumulação: de um lado, ela revela um apetite insaciável pela produção de mercadorias, baseada em formas exacerbadas de extração de mais-valia, que requerem informação, conhecimento e CTI; de outro, ela repousa na ampliação de mercados, que impulsiona sua expansão ilimitada e cada vez mais voraz (HUWS, 2001).

Como sugerido na introdução, os sistemas produtivos baseados nesse conhecimento economicamente útil distribuem seus apetites e voracidades desigualmente pelo território: em alguns espaços, *tarefas mais nobres* como criação, *design* e finanças ainda exigem algum respeito para quem as executa; todavia, outros espaços, em que predominam *tarefas desqualificadas*, ao trabalho resta agradecer se acaso puder vir a ser explorado. Isso se explica: “as forças que estão criando a sociedade e a forma de governo pós-capitalista [sic!] têm sua origem no mundo desenvolvido” (DRUCKER, 1999, p. 23) – no qual predominam, é óbvio, as tarefas mais nobres. O *mundo subdesenvolvido*, no qual, em contraposição, prevalecem tarefas desqualificadas, tira a sua casquinha. Mas, como ainda se verá, a um alto preço em termos de desigualdades

⁹ Do ponto de vista do trabalho, a *nova economia* parece mais bem caracterizar uma *nova combinação* de insegurança no emprego, pressão crescente em termos de uso do tempo na produção e utilização de tecnologias que reconectam, em condições de precariedade ampliada, o trabalhador ao processo de trabalho (RUBIN; BRODY, 2005). Daí que, especialmente, no caso dos EUU, a erosão na qualidade da relação laboral tem levado à crescente desconfiança dos trabalhadores em relação às promessas associadas à nova economia (STARKS, 2003). Não restam dúvidas, contudo, que à degradação da qualidade do trabalho (resultante da combinação referida) correspondem ganhos adicionais de produtividade, *valorizações extraordinárias do valor* (BÖHM; LAND, 2012).

¹⁰ Ver ANTUNES; BRAGA, 2009.

socioespaciais – tanto em relação às economias centrais de onde emana a presumida sociedade do conhecimento quanto, sobretudo, no âmbito de seus próprios territórios (HARVEY, 2006).

Como se afirmou, parece que a base econômica da sociedade atual, a exemplo de outras sociedades, de outras épocas, se relaciona, em alguma medida, com os problemas materiais que cotidianamente afligem seus integrantes. Eis por que foi preciso referir à *nova economia* baseada no primado do conhecimento. Todavia, como se viu, a *nova economia* é nova, entre outras razões, por subordinar, de forma explícita e direta, a informação, o conhecimento e os subsistemas de CTI aos interesses da nova/velha burguesia – que se beneficia da produção mais acelerada de excedentes. De fato, ela repousa na nova primazia do *velho laissez-faire*, cujo traço distintivo é a exacerbção da exploração do trabalho – em escala cada vez mais expandida. Essa *nova economia*, fundada no primado do conhecimento economicamente útil, não emergiu, como se tem afirmado, com vistas a promover a prosperidade material e a emancipação humana. Ela veio para ressobordinar o trabalho no contexto das novas modalidades da acumulação capitalista, chamadas à superfície pela *nova economia da sociedade do conhecimento realmente existente* (HARMS; KNAPP, 2003).

Educação para a inserção na sociedade do conhecimento

Para lograr ressobordinar o trabalho – no contexto das novas formas de acumulação sobre as quais se apoia a *sociedade do conhecimento realmente existente* –, é preciso readequar os subsistemas de educação. Com efeito, pressupõe-se que o ingresso dos leigos nessa sociedade do conhecimento demanda uma readequação dos subsistemas de educação – incluindo desde o Ensino Fundamental até a Educação Superior, de fato desde a educação

pré-escolar até o doutorado – às necessidades de produção, difusão e transferência de informação e conhecimento requeridos pelo sistema produtivo¹¹.

A rigor, não existe grande novidade nisso: os subsistemas de educação são incumbidos, hoje como no passado, de ajustar os indivíduos às exigências de suas respectivas sociedades. Novo é o fato de que aqui se trata de uma suposta sociedade do conhecimento, em cujo contexto esse ajuste ganha contornos de uma *lifelong education* (UNESCO, 2005). Novo é, sobretudo, que a nova economia que sustenta essa sociedade do conhecimento faz tais exigências, visando a que, por dois motivos principais, os indivíduos compartilhem as *possibilidades* por ela abertas. De um lado, o sistema produtivo requer força de trabalho adestrada e qualificada para elevar sua produtividade. De outro, a ampliação da produtividade, mesmo que regulada por diminuição relativa da força de trabalho mobilizada, gera produção crescente, de modo que aqui as possibilidades abertas pela sociedade do conhecimento também são as de um consumo crescente, exigentes de difusão de informação e conhecimento.

Ignore-se que, no ideal burguês das oportunidades iguais a todos, a educação constituiu um processo de formação humana. Ignore-se que dito processo, antes de adestrar o indivíduo em conformidade com os requisitos do sistema produtivo, visava conferir-lhe autonomia e ampliar seus espaços de liberdade. A adequação dos subsistemas de educação em marcha abrange todo o espectro da educação humana. Ela vai desde o estágio pré-escolar até a qualificação em nível de doutorado. Ela contempla mudanças na matriz curricular, na formação dos professores, no uso de recursos pedagógicos e nas formas de financiamento.

Tudo somado indica a orientação, explícita, da educação para o *mercado de trabalho* (HILL, 2003). Não é possível adentrar cada um desses aspectos aqui, no entanto, visando compreender algumas das contradições que saltam dessa readequação dos subsistemas de educação aos requisitos do sistema produtivo que

¹¹ Tome-se como referência a Educação Superior (sem qualquer desprezo em relação aos demais subsistemas de Educação): a sua adequação às exigências do sistema produtivo passa pela assimilação do *discurso da sociedade do conhecimento* e, evidentemente, por sua tradução em práticas correspondentes, tanto no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) mesmas quanto nas interações destas com o mundo não acadêmico, sobretudo, com o sistema produtivo. E como esse discurso é assimilado? A noção de *sociedade do conhecimento* (como outras noções parecidas) tem sido absorvida pela comunidade acadêmica como uma descrição neutra de desenvolvimentos sociais e culturais contemporâneos. Desconsidera-se que, como outras, essa noção está contida num discurso que expressa posições de poder e relações de dominação. No caso em questão, longe de se tratar de um termo neutro, *sociedade do conhecimento* é uma eloquente expressão de uma ideologia (FORSTORP, 2008; VÄLIMAA; HOFFMAN, 2008).

sustenta a *sociedade do conhecimento realmente existente*, cabe referir as implicações da adoção de novos recursos pedagógicos.

Dentre as mudanças mais importantes nos elementos essenciais que compõem o universo de socialização nas sociedades contemporâneas, é importante destacar que as crianças e adolescentes interagem cada vez mais, de modos que nos são desconhecidos, [...] com aqueles seres híbridos que são os artefatos técnicos criados pelo homem (BELLONI, 2007, p. 77).

Todavia, tanto crianças como adolescentes não apenas se relacionam com *artefatos técnicos* postos à sua disposição pela sociedade do conhecimento no processo de sua socialização. Umas e outros são, por intermédio de tais instrumentos, expostos ao mundo midiático. E “os modos como as mídias contemporâneas estão pluralizando a socialização podem ser vistos como conflitos entre o conjunto *sala de aula/professor/aluno* e o conjunto *mercado mídias/criança*” (BELLONI, 2007, p. 77). Da exposição de crianças e adolescentes ao mundo midiático decorrem inúmeras consequências – talvez benéficas se o propósito é orientar a educação para o mercado de trabalho; talvez negativas se a finalidade ainda fosse orientar a educação para a ampliação dos espaços de liberdade dos indivíduos. Entre tais consequências, é de se destacar, sobretudo, que “as mídias desestabilizam a fronteira entre as esferas pública e privada, entre infância e idade adulta, criando condições novas, nas quais a dependência das crianças se torna problemática” (BELLONI, 2007, p. 77). Enfim, tanto os artefatos técnicos como, principalmente, as mídias vão invadindo o processo de socialização de crianças e adolescentes, moldando-os aos requisitos da *nova economia* que sustenta a *sociedade do conhecimento realmente existente*.

O pressuposto de que o ingresso dos indivíduos na sociedade do conhecimento requer adequações dos

subsistemas de educação às necessidades de produção, difusão e transferência de informação e conhecimento encontrou acolhida em muitas nações periféricas. Diversos países da América Latina passaram, nos últimos anos, por severas “reformas educacionais” (CACASSUS, 2001). Muitas dessas reformas tiveram como propósitos centrais a universalização do acesso à educação formal, a redução das desigualdades educacionais que marcavam os povos do continente e, em diversos casos, a inclusão digital¹². Entretanto, apesar dos aparentes esforços realizados por meio de reformas e políticas educacionais, as disparidades entre os estratos mais abastados e as camadas pobres alcançaram novos patamares. Paradoxalmente, mais educação, menos exclusão digital, mais crianças alfabetizadas e expostas aos monitores de microcomputadores conduziram não à redução, mas, à ampliação das distâncias entre ricos e pobres. Estes foram os resultados de várias das reformas educacionais que deveriam contribuir para ajustar os indivíduos à *sociedade do conhecimento realmente existente* – e à nova economia que lhe propicia sustentação (HOPENHAYN, 2002; SENE, 2008).

Confrontados com os resultados dessas reformas, seus proponentes e gestores¹³ talvez concluam que, na América Latina, não existe povo à altura dos desafios postos pela nova sociedade do conhecimento. Contudo, nem uns nem outros deveriam reclamar dos seus resultados. De fato, os subsistemas de educação foram a tal ponto alcançados pela *nova economia do conhecimento* que passaram a realimentar dialeticamente a nova dinâmica da acumulação capitalista. Isso pode ser dito, inclusive, para a totalidade dos subsistemas de educação, do estágio pré-escolar até a qualificação em nível de doutorado.

Se algumas contradições se tornaram evidentes por si mesmas (por exemplo, no antes referido processo de socialização de crianças e adolescentes), outras mais se manifestam nos demais subsistemas de educação. Em geral, em consonância com uma orientação explícita para o *mercado de trabalho*, a

¹² “Fenômeno típico do novo padrão [sobre o qual repousa a *sociedade do conhecimento*] é a exclusão digital que [...] não pode ser entendida de forma independente de outras formas de exclusão (renda, educação, raça, gênero etc.)” (LASTRES; LEGEY; ALBAGLI, 2003, p. 567).

¹³ Entre os proponentes encontram-se UNESCO, PNUD, UNICEF, Banco Mundial e BID, com maior destaque para o penúltimo (LAUGLO, 1997). Na América Latina, teve participação não irrelevante a CEPAL. Quanto aos gestores, tratam-se, aqui, dos Ministérios de Educação dos governos que adotaram as reformas e implementaram as políticas recomendadas (CACASSUS, 2001; MIRANDA, 1997), inclusive, o brasileiro (ALTMANN, 2002).

educação pré-universitária foi simplificada ao extremo, alimentada por uma qualificação técnica de qualidade duvidosa, em detrimento de uma formação humanística mais sólida. A educação universitária, por sua vez, tem sofrido uma degradação deplorável, inclusive, nas terras de "tio Sam" (NEWFIELD, 2007) e nas redondezas de Bolonha (CHARLE, 2007). Imagine-se na periferia desse *admirável mundo novo* do conhecimento.

Para ressubordinar o trabalho, a *nova economia* baseada no primado do conhecimento economicamente útil requereu uma adequação dos diversos subsistemas de educação (MENOU, 2001, p. 101). Estes têm o encargo de ajustar os indivíduos às exigências postas pela *sociedade do conhecimento realmente existente*. Entre as receitas, vicejam desde a exposição progressiva de crianças e adolescentes aos artefatos técnicos e às mídias, a inclusão digital, as reformas educacionais e a adaptação dos subsistemas de educação ao imperativo da criação de mercadorias. Nesse contexto, a qualificação técnica é ingrediente fundamental. Em termos de Educação Superior, não resta dúvida: a pesquisa, no contexto de um subsistema de CTI, precisa ser reestruturada com vistas a viabilizar relações virtuosas entre a universidade e a empresa (PLONSKI, 1999; MARCOVITCH, 1999)¹⁴. E, importante, isso tudo deve ser devidamente permeado por *lifelong education*, a tal educação permanente e virtual.

A sociedade do conhecimento e a persistência das desigualdades socioespaciais

Na penúltima seção se viu que novos e maiores investimentos em conhecimento vêm ocorrendo, fundamentalmente, nas economias centrais. Esses investimentos visam elevar a capacidade produtiva da nova economia do conhecimento. O aumento da produtividade decorrente das inversões em CTI tem o propósito de tornar os sistemas produtivos mais competitivos na economia capitalista mundializada. No entanto, a nova economia da *sociedade do*

conhecimento realmente existente, juntamente com os ganhos de produtividade, traz à superfície incrementos nas desigualdades. Como?

Durante a vigência do sistema fordista de produção e consumo em massa, o regime de acumulação keynesiano, de atenção à demanda agregada, procurava assegurar o equilíbrio macroeconômico em níveis de (quase) pleno emprego. Depois de, aproximadamente, três décadas de acumulação em condições de considerável estabilidade, sobreveio a crise de regulação do fordismo. Embora houvesse outras saídas, nos marcos do próprio capitalismo, disseminou-se, rapidamente, desde a Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e os EUA de Ronald Reagan, um *ajuste neoliberal*. Termos como *downsizing*, *flexibilisation* e *lean production* logo deram o tom – nas empresas privadas, nas agências governamentais e, também, nas IES. Todavia, era preciso mais. E mudanças importantes – que tiveram lugar nos sistemas produtivo, de infraestrutura de CTI, e de educação – favoreceram a recuperação da economia mundial.

Os investimentos em CTI por parte dos governos dos países centrais, e em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por parte das grandes unidades produtivas que operam em escala global, geraram as TIC. E o ajuste neoliberal ressubordinou o trabalho por meio de redução de custos de produção (ou seja: redução de custos de trabalho), flexibilização (ou seja: *flexibilização* das relações de trabalho) e “enxugamento” da produção (ou seja: a execução do trabalho de cinco empregados por apenas um). As TIC e a ressubordinação do trabalho em consequência do ajuste neoliberal propiciaram novos ganhos de produtividade e favoreceram a recuperação da economia mundial. E levaram a uma concentração sem precedentes do grande capital em escala planetária¹⁵; e, correspondentemente, a um aumento nas desigualdades. Se é certo que, até a metade dos anos 2000, tais desigualdades aumentaram no interior dos países centrais apenas como exceção, entre esses e os países periféricos (isto é, em escala internacional), elas cresceram de forma generalizada nos

¹⁴ Para uma crítica, ver DAGNINO, 2003.

¹⁵ As vendas das 100 maiores empresas do mundo alcançaram um montante de US\$ 7 trilhões em 2006, o que, então, equivalia a nada menos que 15% do Produto Bruto do planeta.

três últimos decênios. Mais grave, porém, é que elas atingiram níveis intoleráveis no interior dos próprios países periféricos¹⁶.

Por exemplo, tomando como referência o ano de 2006, os 65 países com maior renda, nos quais vivem 16% da população mundial, foram responsáveis por 78% dos gastos de consumo (bens e serviços). Visto de outro ângulo: a 84% da população do planeta, que vivem nos 130 países mais pobres, couberam 22% dos bens e serviços postos em circulação no mercado mundial em 2006. A impressão é que Noruega (*Human Development Index* = 0,971) e Austrália (0,970), os dois países com melhor qualidade de vida, num universo de 182, se afastam cada vez mais de Afeganistão (0,352) e Nigéria (0,340), os dois últimos do ranking.

O estudo crítico das desigualdades nas formações sociais capitalistas tem origem nas obras de Karl Marx. Lênin e, sobretudo, Trotsky, que deram passos importantes na compreensão das desigualdades nas formações periféricas. Mas, foi apenas após a Revolução de 1905 que a noção de desenvolvimento desigual ganhou um significado mais preciso. Aliás, com Leon Trotsky, ela passou a ser *desenvolvimento desigual e combinado*, uma lei que não dizia respeito somente às desigualdades econômicas e sociais, mas remetia às suas inerentes implicações políticas. A formulação mais completa dessa lei encontra-se no capítulo inicial do primeiro volume da *História da Revolução Russa* (TROTSKY, 1978). Já a noção de *desenvolvimento geográfico desigual* é mais recente e precisa ser associada aos esforços que, especialmente, geógrafos têm feito no sentido de construir uma *teoria do desenvolvimento desigual* (HARVEY, 2006; SMITH, 1988). Cabe notar que essa formulação considera não a desigualdade socioeconômica entre espaços geográficos em geral, mas aquela produzida pelo processo de acumulação de capital. É, pois, a geografia do desenvolvimento desigual (ou seja: a permanente diferenciação do espaço geográfico) especificamente capitalista que importa. Em síntese: enquanto a preocupação da *lei do desenvolvimento desigual e combinado* está em explicar por que uma formação social periférica/atrásada, cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem

sob o controle de uma burguesia nacional consolidada, pode experimentar uma revolução política; a *teoria do desenvolvimento geográfico desigual* constitui uma tentativa [teórico-metodológica] de captar a espacialidade do desenvolvimento desigual, portanto, a natureza especificamente geográfica da desigualdade socioeconômica entre regiões e países produzida pelo capitalismo (THEIS, 2009; THEIS; BUTZKE, 2012).

As evidências indicam que as desigualdades socioespaciais – analisáveis, como aqui, à luz da teoria do desenvolvimento geográfico desigual –, decorrentes da concentração de capitais em escala internacional, tem se manifestado em todas as partes. Elas têm permanecido elevadas (e crescido) nos territórios dos países periféricos. Mas elas também têm aumentado no interior de alguns países centrais, como Suécia, Luxemburgo e EEUU. Contudo, o mais dramático – embora talvez não o mais surpreendente – é que, ao longo desses anos durante os quais vem se constituindo a *sociedade do conhecimento* realmente existente, o fosso que separa os países mais ricos, como Noruega e Austrália, e os mais pobres, como Afeganistão e Nigéria, tem se esgarçado ainda mais.

Considerações finais

Nos dois últimos decênios tem sido difundido que a sociedade atual está se convertendo em uma *sociedade do conhecimento* e que essa sociedade do conhecimento seria amparada por uma *nova economia*, fundada no uso cada vez mais intenso de informação e conhecimento. Mas vive-se, de fato, numa sociedade do conhecimento? Ou, pelo menos, há evidências de que se caminha em direção a uma sociedade do conhecimento e para uma *nova economia* impulsionada pela aceleração de CTI? Não era propósito responder a essas questões. No entanto, refletir sobre suas possíveis respostas deveria permitir um questionamento mais global da noção de *sociedade do conhecimento* (GORZ, 2002), com vistas a se compreender melhor as bases econômicas e socioespaciais sobre as quais ela poderia emergir.

¹⁶ Da perspectiva da sociedade do conhecimento, identificara-se, no início dos anos 2000, uma *brecha digital internacional* que, em grau considerável, correspondia às desigualdades sócio-espaciais entre países centrais e periféricos; e uma *brecha digital interna* que guardava estreita relação com as disparidades no interior dos últimos (BIANCO et al., 2002).

A hipótese que se submeteu aqui foi que: além da centralidade da informação, do conhecimento e de CTI, também seria um traço da suposta sociedade do conhecimento uma dinâmica favorável tanto à busca desimpedida de ganhos econômicos quanto ao tratamento privilegiado dos estratos mais abastados da população em escala planetária, sob a hegemonia de uma potência imperial que domina econômica, política e militarmente sem maiores restrições.

Diz-se que o conhecimento tem ocupado um lugar central na *nova economia*. Mas, a rigor, o conhecimento vem tendo relevância crescente no processo de acumulação desde o advento do capitalismo. A expressão *economia fundada no conhecimento* é que é mais recente. De fato, informação, conhecimento e CTI vêm ganhando crescente relevância. Trata-se, contudo, de um *tipo especial* de conhecimento: um conhecimento economicamente útil, que ressusborda o trabalho. A origem da suposta sociedade do conhecimento está nos países centrais. A periferia – esse imenso espaço em que vivem mais de quatro quintos da população do planeta e no qual, até recentemente, o conhecimento não se reduzia à sua utilidade econômica – é constrangida a se inserir, passivamente, nessa *nova economia da sociedade do conhecimento realmente existente*. No entanto, como se viu, o preço pago em termos de desigualdades socioespaciais no interior de seus territórios é alto (HARVEY, 2006).

São duas as principais conclusões a que se chega. Primeira: nem todos os indivíduos, grupos e classes sociais podem ingressar no *admirável mundo novo* do conhecimento. Segunda: há múltiplas implicações econômicas, tecnológicas, ambientais, culturais, políticas e ideológicas que atravessam este *admirável mundo novo* do conhecimento que têm sido, solenemente, ignoradas. A *sociedade do conhecimento realmente existente* até acena com medidas de acesso e estratégias de participação. No entanto, em contextos como esses o recurso à participação não passa de *embromação*. Afinal, as arenas políticas em que alguma participação poderia ter lugar tendem a ser definidas *ex ante* (RIBEIRO, 2007, p. 24).

Logo, pelas evidências e razões aqui examinadas, a sociedade atual não poderia ser uma sociedade do conhecimento autêntica, participativa e tendente à supressão de desigualdades socioespaciais. Uma autêntica sociedade do conhecimento não poderia ser outra

coisa que uma sociedade *realmente* pós-capitalista. Tudo o mais parece mesmo ideologia (GORZ, 2002).

Referências

- ALBAGLI, S. Sociedade da informação e do conhecimento: desafios teóricos e empíricos. **Liinc em Revista**, v. 3, n. 1, p. 10-16, 2007.
- ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002. doi:10.1590/S1517-97022002000100005.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ATKESON, A.; KEHOE, P. J. Modeling the transition to a new economy: lessons from two technological revolutions. **The American Economic Review**, v. 97, n. 1, p. 64-88, 2007. doi:10.1257/aer.97.1.64.
- ATKINSON, R. D.; CORREA, D. K. **The 2007 state new economy index**: benchmarking economic transformation in the States. Washington: Kauffman Foundation, ITIF, 2007.
- BAUMGARTEN, M. Geopolítica do conhecimento e da informação: semiperiferia e estratégias de desenvolvimento. **Liinc em Revista**, v. 3, n. 1, p. 17-33, 2007.
- BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BELLONI, M. L. Infância, mídias e educação: revisitando o conceito de socialização. **Perspectiva**, v. 25, n. 1, p. 57-82, 2007.
- BIANCO, C. et al. **Indicadores de la sociedad del conocimiento**: aspectos conceptuales y metodológicos. Buenos Aires: Centro Redes, 2002. (Documento de Trabajo n. 2).
- BÖHM, S.; LAND, C. The new hidden abode: reflections on value and labour in the new economy. **The Sociological Review**, v. 60, n. 2, p. 217-240, 2012. doi:10.1111/j.1467-954X.2012.02071.x.
- BOYER, R. La Nouvelle Économie au futur antérieur. **CEPREMAP**, n. 13, 2001.
- BRENNER, R. Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia norte-americana. In: SADER, E. (Org.). **Contragolpes**: seleção de artigos da New Left Review. Trad. Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 117-158.

- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento:** de Gutenberg a Diderot. Trad. P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CACASSUS, J. A reforma educacional na América Latina no contexto da globalização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 7-28, 2001.
- CASTELLS, M. **A era da informação:** economia, sociedade e cultura. Trad. A. Lemos. Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 2003. (3 v.)
- CHARLE, C. Europa: o ensino no tom do mercado. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 1, n. 3, p. 34-35, 2007.
- CHESNAIS, F. A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, F. et al. (Org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.
- DAGNINO, R. P. A relação universidade-empresa no Brasil e o argumento da Hélice Tripla. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 2, n. 2, p. 267-307, 2003.
- DAVID, P. A.; FORAY, D. Una introducción a la economía y a la sociedad del saber. **Revista Internacional de Ciências Sociales**, n. 171, p. 7-28, 2002.
- DEMO, P. Ambivalências da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, v. 29, n. 2, p. 37-42, 2000. doi:10.1590/S0100-19652000000200005.
- DRUCKER, P. **Sociedade pós-capitalista.** Trad. N. Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, Publifolha, 1999.
- DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. Neoliberalismo, neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, 2007. doi:10.1590/S0104-06182007000100001.
- EUROPEAN UNION. **Green Paper. Living and working in the Information Society:** people first. Bruxelas: European Union Commission, 1996. Disponível em: <http://aei.pitt.edu/1227/1/live_work_info_society_gp_COM_96_389.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2012.
- FAGERBERG, J.; LANDSTRÖM, H.; MARTIN, B. R. Exploring the emerging knowledge base of the knowledge society. **Research Policy**, v. 41, n. 7, p. 1121-1131, 2012. doi:10.1016/j.respol.2012.03.007.
- FORSTORP, P. Who's colonizing who? The knowledge society thesis and the global challenges in the higher education. **Studies in Philosophy and Education**, v. 27, n. 4, p. 227-236, 2008.
- FREEMAN, C. A hard landing for the new economy? Information technology and the United States national system of innovation. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 12, n. 2, p. 115-139, 2001. doi:10.1016/S0954-349X(01)00017-0.
- FOLHA DE S.PAULO. Veja as crises financeiras e soluções desde a Grande Depressão. **Folha de S. Paulo**, 2. Abr. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u544135.shtml>>. Acesso em: 28 dez. 2012.
- GODIN, B. The new economy: what the concept owes to the OECD. **Research Policy**, v. 33 n. 5, p. 679-690, 2004. doi:10.1016/j.respol.2003.10.006.
- GORZ, A. Welches Wissen? Welche Gesellschaft? In: BÖLL-STIFTUNG, H. (Org.). **Gut zu Wissen**. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2002. Disponível em: <<http://www.wissensgesellschaft.org/themen/orientierung/welchegesellschaft.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2004.
- HARMS, J. B.; KNAPP, T. The new economy: what's new, what's not. **Review of Radical Political Economics**, v. 35, n. 4, p. 413-436, 2003. doi:10.1177/0486613403257800.
- HARVEY, D. **Spaces of global capitalism:** towards a theory of uneven geographical development. London: Verso, 2006.
- HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- HOPENHAYN, M. Educar para la sociedad de la información y de la comunicación: una perspectiva latinoamericana. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 30, p. 187-217, 2002.
- HUWS, U. The making of a cybertariat? virtual work in a real world. **Socialist Register**, n. 37, p. 1-23, 2001.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-modernidade:** novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LASTRES, H. M. M.; LEGEY, L. I.; ALBAGLI, S. Indicadores da economia e sociedade da informação, conhecimento e aprendizado. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. (Org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp. 2003. p. 533-578.

- LAUGLO, J. Críticas às prioridades e estratégias do Banco Mundial para a educação. *Cadernos de Pesquisa*, n. 100, p. 15-39, 1997.
- LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MANSELL, R.; WEHN, U. **Knowledge societies**: information technology for sustainable development. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- MARCOVITCH, J. A cooperação da universidade moderna com o setor empresarial. *Revista de Administração*, v. 34, n. 4, p. 13-17, 1999.
- MARTI, Y.; VEJA-ALMEIDA, R. L. Sociedad de la información: los mecanismos reguladores en el contexto de una sociedad emergente. *Ciência da Informação*, v. 34, n. 1, p. 37-44, 2005. doi:10.1590/S0100-19652005000100005.
- MENOU, M. J. Educando a los ciudadanos de la sociedad mundial del conocimiento. *Cooperación Sur*, n. 1, p. 94-105, 2001.
- MIRANDA, M. G. Políticas educacionais na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, n. 100, p. 37-48, 1997.
- MONTHLY REVIEW (Ed.). The new economy: myth and reality. *Monthly Review*, v. 52, n. 11, p. 1-9, 2001.
- NEWFIELD, C. EUA: o desmonte do ideal democrático. *Le Monde Diplomatique Brasil*, v. 1, n. 2, p. 32-33, 2007.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **The knowledge-based economy**. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development. 1996. Disponível em: <<http://www.oecd.org/science/scienceandtechnologypolicy/1913021.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **The knowledge-based economy**: a set of facts and figures. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 1999.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **A new economy?** The changing role of innovation and information technology in growth. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development. 2000. Disponível em: <<http://browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/free/9200031e.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT-OECD. **The new economy beyond the hype**: the OECD growth project. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development. 2001. Disponível em: <<http://www.oecd.org/eco/productivityandlongtermgrowth/2380415.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- PORTAL DE NOTÍCIAS DE O ESTADO DE S. PAULO - OESP. Morte de empresas pontocom dobra em 2001. **O Estado de S. Paulo**, 28. dez. 2001. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/tecnologia/2001/not20011228p56215.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2012
- PORTAL DE NOTÍCIAS DE O ESTADO DE S. PAULO - OESP. Desemprego na Europa bate novo recorde: 25 milhões. **O Estado de São Paulo**, 2. Out. 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impressode-semprego-na-europa-bate-novo--recorde-25-milhoes,-938836,0.htm>>. Acesso em: 29 dez. 2012.
- PLONSKI, G. A. Cooperação universidade-empresa: um desafio gerencial complexo. *Revista de Administração*, v. 34, n. 4, p. 5-12, 1999.
- RIBEIRO, A. C. T. A força do passado: nem tudo que é sólido desmancha no ar. In: FELDMAN, S.; FERNANDES, A. (Org.). **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo**: mutações, tensões, desafios. Salvador: Ed. UFBA, 2007. p. 21-35.
- ROJAS, M. A. R. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor – semejanzas y diferencias. *Ciência da Informação*, v. 34, n. 2, p. 52-61, 2005.
- RUBIN, B. A.; BRODY, C. J. Contradictions of commitment in the new economy: insecurity, time, and technology. *Social Science Research*, v. 34, n. 4, p. 843-861, 2005. doi:10.1016/j.ssresearch.2005.02.002.
- SANDOVAL, R. Hacia la construcción de um modelo multicultural de sociedad de conocimiento. *Redes: Revista de Estudios Sociales de la Ciéncia*, n. 26, p. 183-198, 2007.
- SENE, J. E. Reformas educacionais na América Latina. *Ar@cne: Revista Eletrônica de Recursos e Internet sobre Geografia y Ciencias Sociales*, n. 105, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/aracne/aracne-105.htm>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

- STARKS, B. The new economy and the american dream: examining the effect of work conditions on beliefs about economic opportunity. **The Sociological Quarterly**, v. 44, n. 2, p. 205-225, 2003. doi:10.1111/j.1533-8525.2003.tb00555.x.
- STEINMUELLER, W. E. Las economías basadas en el conocimiento y las tecnologías de la información y la comunicación. **Revista Internacional de Ciências Sociales**, n. 171, p. 193-209, 2002.
- THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos do NAEA**, v. 12, n. 2, p. 241-252, 2009.
- THEIS, I. M.; BUTZKE, L. O paradoxo da geografia no capitalismo mundializado: revisitando a lei do desenvolvimento desigual e combinado. In: GALVÃO, A. et al. (Org.). **Capitalismo: crise e resistências**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 83-110.
- TROTSKY, L. **A história da revolução russa**. Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. v. 1.
- UNESCO. **Towards knowledge societies. World Report**. Paris: UNESCO Publishing, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001418/141843e.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2007.
- UNITED NATIONS. **Resolution adopted by the General Assembly**: world summit on the Information Society. New York: United Nations, Jan. 31. 2002. Disponível em: <http://www.itu.int/wsis/docs/background/resolutions/56_183_unga_2002.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2012.
- VÄLIMAA, J.; HOFFMAN, D. Knowledge society discourse and higher education. **Higher Education**, v. 56, n. 3, p. 265-285, 2008. doi:10.1007/s10734-008-9123-7.

Recebido: 11/08/2012
Received: 08/11/2012

Aprovado: 18/02/2013
Approved: 02/18/2013